



REQUERIMENTO Nº 022/2026

AUTOR/SIGNATÁRIO

**João Pereira
Vereador - PT**

ASSUNTO

Início da realização das obras previstas no Orçamento Participativo (OPA), com emendas da Prefeitura, e execução das obras pendentes.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Vereador Enzo Samuel,**

O Vereador **João Pereira, do Partido dos Trabalhadores PT**, com mandato outorgado pelo povo de Teresina, e amparado legalmente nos termos do artigo 124, § 3º do Regimento Interno desta casa de Leis, vem, respeitosamente **REQUERER**, após ouvido o Plenário, vem, respeitosamente, requerer que sejam adotadas as providências necessárias para o **início imediato da realização das obras previstas no Orçamento Participativo (OPA)**, incluindo aquelas contempladas com **emendas da Prefeitura Municipal**, bem como a **execução e conclusão das demais obras atualmente pendentes** no âmbito das áreas de Saúde e Infraestrutura.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310034003900330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação fundamenta-se no princípio da **eficiência administrativa**, insculpido no art. 37 da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública o dever de assegurar a adequada, tempestiva e racional aplicação dos recursos públicos, especialmente aqueles já vinculados a políticas públicas previamente deliberadas no âmbito do Orçamento Participativo (OPA) e devidamente respaldados por emendas municipais.

Trata-se, portanto, de matéria que envolve não apenas a execução orçamentária, mas também a **efetividade das políticas públicas já legitimadas pela participação social e pelo planejamento governamental**, cuja não execução ou retardamento injustificado compromete a própria credibilidade dos instrumentos de democracia participativa e do planejamento público municipal.

No campo material, a inexecução ou morosidade na realização das obras impacta diretamente direitos fundamentais sociais, especialmente os direitos à **saúde, mobilidade urbana, saneamento básico e infraestrutura urbana adequada**, previstos nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal, na medida em que tais equipamentos públicos são essenciais à prestação contínua e eficiente dos serviços públicos.

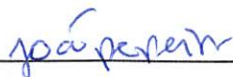
Ademais, a demora na implementação das obras previamente programadas gera prejuízos concretos à coletividade, ocasionando **descontinuidade administrativa, aumento da vulnerabilidade social e perda de eficiência na alocação de recursos públicos já destinados**, o que contraria os princípios da razoabilidade, da economicidade e da supremacia do interesse público.

Diante desse cenário, a atuação do Poder Legislativo, por meio do presente requerimento, visa assegurar o regular acompanhamento da execução orçamentária e a concretização das políticas públicas já aprovadas, evitando a descontinuidade de ações estruturantes e garantindo maior transparência e efetividade na gestão pública.

Diante disso, requer-se:

1. O início imediato das obras já previstas no OPA com recursos assegurados por emendas municipais;
2. A apresentação de cronograma atualizado de execução das obras pendentes;
3. A adoção de medidas administrativas para destravar eventuais entraves técnicos, burocráticos ou licitatórios que estejam impedindo a execução;
4. A priorização das obras vinculadas às áreas de Saúde e Infraestrutura consideradas de maior urgência e impacto social.

Teresina(PI), 23 de Junho de 2026



João Pereira
Vereador - PT





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310034003900330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.